

## A SEMANA – 124

John Gledson

Esta crônica é curta – pouco menos de 900 palavras, a norma sendo mais de mil, e, para se justificar, Machado traz a sua saúde à baila pela primeira vez (se excetuarmos as crônicas de 22 de outubro de 1893 e de 29 de abril de 1894, em que não cumpriu o dever semanal). Sofre de uma dor de cabeça. No fim da crônica, depois da conversa no bonde, parece que decide não continuar a viagem, qualquer que seja a razão (“metia-me em outro e tornava atrás”) – tédio da conversa? enxaqueca? pressentimento de ataque epilético, até?

O começo da crônica também se centra nos bondes, os novos, elétricos, seus perigos e as vítimas do progresso. No meio aparece a figura de Oliver Wendell Holmes, que morrera no dia 7 de outubro. Machado sem dúvida sentia-se atraído pelos livros humorísticos dele, pelo seu tom de conversa, relaxado e brincalhão. O que lhe interessa no trecho que cita, porém, tem um interesse específico. Holmes caracteriza “duas fases sociais” – uma delas é a República americana, onde há simplicidade e as virtudes cívicas imperam, e o seu oposto, que corresponde, para Machado, à República brasileira, associada (através do Encilhamento) ao jogo, às corridas e às loterias. A referência à legislação do Conselho Municipal parece ter outros alvos: a língua confusa e pleonástica da própria lei, e a desconsideração, para não dizer opressão, dos mais pobres. A menção do seu amigo Artur Napoleão e a composição do hino do estado do Espírito Santo leva-o a outro medo que tem em relação ao novo regime: o federalismo e os riscos da desunião nacional.



## A SEMANA

14 de outubro de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Um cabograma... Por que não adotaremos esta palavra? A rigor não preciso dela; para transmitir as poucas notícias que tenho<sup>1</sup> basta-me o velho telegrama. Mas as necessidades gerais crescem, e a alteração da coisa traz naturalmente a alteração do nome. Vede o homem que vai na frente do bonde elétrico. Tendo a seu cargo o motor, deixou de ser cocheiro, como os que regem bestas, e chamamos-lhe motorneiro em vez de *motoreiro*, por uma razão de eufonia. Há quem diga que o próprio nome de cocheiro não cabe aos outros, mas é ir longe demais, e em matéria de língua, quem quer tudo muito explicado, arrisca-se a não explicar nada.

Custa muito passar adiante, sem dizer alguma coisa das últimas interrupções elétricas;<sup>2</sup> mas se eu não falei da morte do mocinho grego, vendedor de balas, que o bonde elétrico mandou para o outro mundo, há duas semanas,<sup>3</sup> não é justo que fale dos terríveis sustos de quinta-feira passada. O pobre moço grego se tivesse nascido antigamente, e entrasse nos jogos olímpicos, escapava ao desastre do largo do Machado. Dado que fosse um dia destruído pelos cavalos, como o jovem Hipólito,<sup>4</sup> teria cantores célebres, em vez de expirar obscuramente no hospital, tão obscuramente que eu próprio, que lhe decorara o nome,<sup>5</sup> já o esqueci.

---

<sup>1</sup> Aqui Aurélio acrescenta uma vírgula, que não está no jornal.

<sup>2</sup> Não encontrei notícia específica referente a estas interrupções; sem dúvida causavam transtornos nos serviços dos bondes elétricos, como se deduz também pela nota seguinte.

<sup>3</sup> No dia 2 de outubro, a *Gazeta* trazia a seguinte notícia: “Foi recolhido ao hospital da Misericórdia o grego Islansoty Heskasehe [*sic*], vendedor de balas, que anteontem às 5 ½ horas da tarde ficou queimado no largo do Machado por um fio elétrico que se rebentara e que o atingiu ao partir-se.”

<sup>4</sup> Hipólito, na lenda grega, era filho de Teseu. A sua madrasta, Fedra, apaixonou-se por ele, mas quando a recusou, ela o denunciou a Teseu, dizendo que tinha tentado seduzi-la. Teseu exilou-o e pediu a Poseidon, deus do mar, que o matasse. Quando percorria uma praia na sua biga, um monstro saiu do mar, espantou os cavalos, que o fizeram cair. Emaranhou-se nas rédeas, e foi arrastado até morrer. A descrição da morte do rapaz, na peça *Phèdre*, de Jean Racine (1639-1699), é em boa parte responsável pela fama do episódio.

<sup>5</sup> Esta vírgula, que Aurélio acrescenta, não está no jornal.

Mas, como ia dizendo, um cabograma ou telegrama, à escolha, deu-nos notícia de haver falecido o célebre humorista americano Holmes.<sup>6</sup> Não é matéria para crônica. Se os mortos vão depressa,<sup>7</sup> mais depressa vão os mortos de terras alongadas, e para a minha conversação dominical tanto importam célebres como obscuros. Holmes, entretanto, escreveu em um de seus livros, o *Autocrata à mesa do almoço*, este pensamento de natureza social e política: “O cavalo de corrida não é instituição republicana; o cavalo de trote é que o é.”<sup>8</sup> Tal é o seu bilhete de entrada na minha crônica. Aprofundemos este pensamento.

Antes de tudo, notemos que ao nosso conselho municipal, por inexplicável coincidência, foi apresentado esta mesma semana um projeto de resolução, cujo texto, se fosse claro, poderia corresponder ao pensamento de Holmes; mas, conquanto aí se fale em corridas a cavalo, não estando estas palavras ligadas às outras por ordem natural e lógica, antes confusamente,<sup>9</sup> não têm sentido certo, nada se podendo concluir com segurança.<sup>10</sup> A verdade, porém, é que o conselho trata de combater por vários modos,

---

<sup>6</sup> Oliver Wendell Holmes (1809-1894) poeta, professor e autor americano, de Boston. Entre muitas outras coisas, escreveu *The Autocrat of the Breakfast-Table* (1858), *The Professor at the Breakfast-Table* (1860) e *The Poet at the Breakfast-Table* (1872), que lhe trouxeram fama internacional – sobretudo o primeiro. Têm um tom de conversa, com interrupções frequentes, e vê-se bem por que o Machado de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, e das crônicas, gostou daquele livro em particular, e define Holmes como “humorista”. Vem citado novamente em *Dom Casmurro*, cap. XCIV. A notícia da sua morte está nos telegramas de 9 de outubro.

<sup>7</sup> Em francês, “Les morts vont vite”. Citação famosa da tradução francesa, por Gérard de Nerval, do poema “Lenore”, de Gottfried August Bürger (1747-1794).

<sup>8</sup> Holmes está falando de uma ambição americana de ganhar nas grandes corridas inglesas. Protesta que “Horse-racing is not a republican institution: horse-trotting is. Only very rich persons can keep race-horses, and everybody knows that they are kept mainly as gambling instruments. (...) I say racing-horses are essentially gambling instruments, as much as roulette tables. Now I am not preaching at this moment; I may read you one of my sermons some other morning; but I maintain that gambling, on the great scale, is not republican. It belongs to two phases of society – a cankered over-civilisation, such as exists in rich aristocracies, and the reckless life of borderers and adventurers, or the semi-barbarism of a civilisation resolved into its primitive elements. Real Republicanism is stern and severe; its essence is not in forms of government, but in the omnipotence of public opinion which grows out of it.” [A corrida de cavalos não é uma instituição republicana; o cavalo de trote é que é. Só pessoas muito ricas podem manter cavalos de corrida, e todo mundo sabe que são mantidos principalmente como instrumentos de jogo. (...) Digo que cavalos de corrida são instrumentos de jogo, tanto quanto as mesas de roleta. Agora, não é pregação que estou fazendo aqui; lerei um dos meus sermões sérios outra manhã, mas mantenho que o jogo, em grande escala, não é republicano. Pertence a duas fases da sociedade – uma civilização excessiva e podre, tal como existe nas aristocracias ricas, e na vida imprudente de aventureiros e gente fronteira, ou o semi-barbarismo de uma civilização que se desagregou nos seus elementos primitivos. O verdadeiro Republicanismo é rigoroso e mesmo severo; sua essência não está nas formas de governo, mas na onipotência da opinião pública que resulta delas.”] Na página seguinte, vem o trecho que Machado cita a seguir: “Wherever the trotting horse goes, he carries in his train brisk omnibuses, lively baker’s carts, and therefore hot rolls, the jolly butcher’s wagon, the cheerful gig, the wholesome afternoon drive with wife and child – all the forms of moral excellence (...)” [Onde quer que vá, o cavalo de trote leva atrás de si ônibus rápidos, carros de padeiro, e portanto pãezinhos quentes, a carroça do açougueiro alegre, a caleça prazenteira, a excursão da tarde com mulher e filho – todas as formas de excelência moral (...).”]

<sup>9</sup> Esta vírgula não está no jornal. Aurélio a repõe, sem comentar.

<sup>10</sup> Machado se refere ao Projeto nº 118, de 1894, uma tentativa de controlar e taxar as múltiplas formas do jogo na cidade. Segundo o sr. Augusto de Vasconcelos (*Jornal do Commercio*, 10 de outubro) um projeto igual fora discutido no ano anterior, mas caiu. Deve ser a este projeto que Machado se refere – não o

não sei se sempre adequados, mas de coração, as múltiplas formas do jogo público. Um dos seus projetos, redigido em 1893, e revivido agora pelo próprio autor, vai tão longe neste particular que não se contenta de proibir a venda dos bilhetes de loteria nas ruas, chega a proibi-la expressamente. “É expressamente proibido vendê-los nas ruas e praças, etc.” diz o artigo 2.º – *Expressamente* – não há por onde fugir.

Indo ao pensamento de Holmes, descubro que a melhor maneira de penetrá-lo é tão somente lê-lo. Que o leitor o leia; penetre bem o sentido daquelas palavras, não lhe sendo preciso mais que paciência e tempo; eu não tenho pressa, e aqui o espero, com a pena na mão. Talvez haja alguma exageração quando o ilustre americano compara o cavalo de corrida às mesas de roleta, – *roulette tables*; mas quando, assim considerado,<sup>11</sup> o apropria a duas fases sociais, definidas por ele com grande agudeza, não parece que exagero<sup>12</sup> muito. Em compensação, a pintura do cavalo de trote, puxando o ônibus, o carro do padeiro e outros veículos úteis, basta que seja tão útil como os veículos, para que a devamos ter ante os olhos, de preferência a outros emblemas.

Não tenho pressa. Enquanto meditas e eu espero, Artur Napoleão conclui o hino que vai ser oferecido ao Estado do Espírito Santo por um de<sup>13</sup> seus filhos.<sup>14</sup> Sobre isto ouvi duas opiniões contrárias. Uma dizia que não achava boa a oferta.

– Não o digo por desfazer na obra, que não conheço, nem na intenção, que é filial, menos ainda no Estado, que a merece. Eu preferia mandar comprar um exemplar único da Constituição Federal, impresso em pergaminho, encadernado em couro ou em ouro. Ou então uma carta profética do Brasil, – o Brasil um século depois. Também podia ser um grande álbum em que os chefes de todos os Estados brasileiros

---

achei, mas, se entendo bem, a língua pela qual procura definir os múltiplos tipos de jogo que assolavam a cidade devia ser pedante e confusa. O projeto foi discutido nesse mesmo dia, e parte da discussão se centra justamente “nos indivíduos que vendem [bilhetes de loteria] pelas ruas”, que deveriam pagar uma licença, como as casas matrizes, os quiosques etc. Segundo o sr. Augusto de Vasconcelos, “Os que vendem pelas ruas, eu entendo que se devem ocupar de outra coisa.” O sr. Maia de Lacerda, porém, defende esta gente, e dá uma descrição interessante deles: “Não quero dizer com isso que não seja muito incômodo gritar o indivíduo, perseguir, quase pedir de joelhos que se lhe compre um bilhete, especialmente quando se vai com pressa para resolver qualquer negócio, mas, não obstante o incômodo que me causa, bem como ao público, não nos assiste o direito de proibir que qualquer indivíduo apregoe, e venda bilhetes pelas ruas.” O comentário do cronista parece um jeito oblíquo de defender este pessoal, aliás tradicional na cidade, e mencionado pelo romancista, contista e cronista várias vezes (por exemplo, na crônica de 7 de janeiro deste ano), além de comentar o absurdo do advérbio. Num discurso publicado no dia 12, o sr. Leite Borges diz que o projeto “estipulava esta licença de \$200 com o único fim de acabar com estes vendedores, o que não conseguirá, pois os donos dos quiosques etc. pagarão as licenças para eles.”

<sup>11</sup> Esta vírgula não está no jornal, Aurélio a repõe.

<sup>12</sup> Assim na *Gazeta*. Aurélio põe “exagere”.

<sup>13</sup> Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “dos”.

<sup>14</sup> Artur Napoleão (1843-1925), pianista e compositor português, muito amigo de Machado. Acompanhou d. Carolina na sua viagem ao Brasil em 1868. Como Machado – que também gostava de boa música –, foi bom enxadrista. Para mais detalhes sobre ele, ver o verbete de Ubiratan Machado, no seu *Dicionário de Machado de Assis*, p. 236-37. A música do hino de Espírito Santo, oficializado em 1947, é dele, com palavras de Pessanha Póvoa.

escrevessem algumas palavras de solidariedade e concórdia, qualquer coisa que pudesse meter cada vez mais fundo na alma dos nossos patrícios do Espírito Santo o sentimento da unidade nacional... Um hino parece levar ideias de particularismo...

– Discordo, respondeu a outra opinião, pela boca de um homem magro, que ia na ponta do banco, porque esta conversação era no bonde, ontem de manhã, em viagem para o Jardim Botânico.

– Discorda?

– Sim, não acho inconveniente o hino, e tanto melhor se cada Estado tiver o seu hino particular. As flores que compõem um ramilhete, Sr. Demétrio, podem conservar as cores e formas próprias, uma vez que o ramilhete esteja bem unido e fortemente apertado. A grande unidade faz-se de pequenas unidades...

A conversação foi andando assim, talhada em aforismos, enquanto eu descia do bonde, metia-me em outro e tornava atrás. Os animais, apesar de serem de trote, ignoravam este outro aforismo – *time is money* –, ou por não saberem inglês, ou por não saberem capim. Tinha chuviscado, mas o chuvisco cessou, ficando o ar sombrio e meio fresco. Apesar disso, ou por isso, trago uma dor de cabeça enfadonha que me obriga a parar aqui.

